

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: UMA ANÁLISE DO MODELO CATARINENSE**

**THE INFLUENCE OF HIGHER COMMUNITY EDUCATION ON REGIONAL
DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE SANTA CATARINA MODEL**

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO MODELO CATARINENSE

THE INFLUENCE OF HIGHER COMMUNITY EDUCATION ON REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE SANTA CATARINA MODEL

Gabriela Buffon¹ • Mário César Barreto Moraes²

Data de recebimento: 23/08/2023

Data de aceite: 06/11/2023

¹ Doutoranda em Administração, pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional, obtido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em que foi bolsista da CAPES, no período de maio 2016 a fevereiro de 2018. Possui MBA em Marketing Digital com ênfase em Neuromarketing, pela Universidade Positivo. É formada em Administração na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

E-mail: gabrielabuffon@gmail.com

² Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1982), graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1987), mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: mcbmstrategos@gmail.com

RESUMO

A educação superior do estado de Santa Catarina foi marcada historicamente por promover a educação comunitária. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é introduzir uma análise da educação superior comunitária introdutória do desenvolvimento regional sustentável, nas mesorregiões de Santa Catarina. Foi possível atestar o crescimento do IDH das mesorregiões, bem como da Renda per capita no interregno da avaliação. Em que pese o crescimento populacional nos últimos 10 anos com variações de até 100% em alguns municípios, não houve queda do IDH. De modo análogo, a variação da Renda per capita nas regiões pesquisadas apresentou variação relativa positiva superior a 200% em muitos municípios. Constatou-se que este desenvolvimento foi resultado de um investimento endógeno. A análise educacional comunitária catarinense possibilitou ratificar a perspectiva do desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional Sustentável; Educação Superior Comunitária; Santa Catarina.

ABSTRACT

Higher education in the state of Santa Catarina has historically been marked by promoting community education. In this context, the objective of this study is to introduce an analysis of community higher education introductory to sustainable regional development, in the mesoregions of Santa Catarina. It was possible to attest the growth of the HDI of the mesoregions, as well as the per capita income in the interregnum of the evaluation. Despite the population growth in the last 10 years with variations of up to 100% in some municipalities, there was no decrease in the HDI. Similarly, the variation in per capita income in the regions surveyed showed a relative positive variation of more than 200% in many municipalities. It was found that this development was the result of an endogenous investment. The community educational analysis of Santa Catarina made it possible to ratify the perspective of sustainable regional development.

Keywords: sustainable regional development; community higher education; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional e os fatores que o estimulam identificam-se com o crescimento de uma determinada região, o que para Paz *et al.*, (2014) revela-se como condição necessária para que ocorra o próprio desenvolvimento deste local¹. Souza (1981) descreve que os problemas de desenvolvimento regional surgem das disparidades resultantes do crescimento desigual, ou seja, as regiões mais ricas acabam por drenar fatores que impossibilitam o crescimento de regiões mais pobres, inviabilizando o crescimento dessas regiões.

Assim, políticas estatais somente irão contribuir para a propulsão das regiões quando estas estiverem adequadas às estratégias regionais, atreladas ao contexto em que estão inseridas, e relacionadas às perspectivas locais (Inácio *et al.*, 2013). Para a elaboração de políticas adequadas às regiões é necessário identificar quais são as potencialidades de cada região que propiciam o seu desenvolvimento que, futuramente, resultarão em efeitos positivos em uma dada região. Este artigo almeja contextualizar alguns conceitos de desenvolvimento regional, necessários à compreensão da região que se pretende estudar, no caso o estado de Santa Catarina, haja vista o desenvolvimento regional se evidenciar quando há identificação das potencialidades locais, com características endógenas.

Vários fatores propiciam o desenvolvimento regional, dentre esses pretende-se estudar o papel da educação, especificamente da educação superior, como propulsora do desenvolvimento regional. Nesse sentido, ressaltam-se as seguintes questões: Qual é o papel da educação superior como promotora do desenvolvimento regional? Como a implementação das intuições de educação superior comunitárias influenciou o desenvolvimento regional, nas mesorregiões de Santa Catarina? Esse desenvolvimento se configura como desenvolvimento regional sustentável?

Como hipóteses preliminares tem-se que: (I) a educação superior pública comunitária promove o desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que o crescimento regional fomenta o investimento em educação superior, os quais proporcionam o círculo de causação circular; (II) os cursos superiores das instituições de ensino superior comunitárias são fornecidos de acordo com as características sociais, econômicas e culturais de cada mesorregião de Santa Catarina, e alavancam o desenvolvimento sustentável.

¹ No entanto, pode ocorrer crescimento sem que haja desenvolvimento, ou seja, é condição necessária, mas não suficiente, já que o desenvolvimento inclui, entre outros fatores, mudanças estruturais. Dentre essas, destaque para o aumento da produtividade, potencialidades locais, investimento em pesquisa e desenvolvimento, dentre outras.

O objetivo proposto é analisar como a educação superior comunitária proporciona o desenvolvimento regional sustentável, nas mesorregiões de Santa Catarina.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O estado é composto por seis mesorregiões, as quais são: Oeste Catarinense; Serrana; Norte Catarinense; Vale do Itajaí; Grande Florianópolis; e Sul Catarinense. De acordo com os dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) (2017), a maioria dos municípios catarinenses (91,5%) possuem renda *per capita* maior que a média nacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é considerado alto, com 0,774, o maior dos estados do sul do Brasil, e ocupa a terceira posição a nível nacional (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2019). No Índice dos Desafios da Gestão Estadual (IDGE), composto pelos indicadores-síntese que são a educação, a saúde, a segurança, a infraestrutura, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, a juventude, as condições de vida e o institucional, o índice do estado é de 0,827 (o qual varia de zero a um), sendo o segundo estado com maior em nível nacional, o primeiro é o estado de São Paulo (FIESC, 2017).

O Ranking de Competitividade dos Estados, que mede a atratividade dos Estados para grandes investimentos, considera variáveis como segurança pública, seguridade social, infraestrutura, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, capital humano, inovação, potencial de mercado e sustentabilidade ambiental, tendo o estado ficado em segundo lugar (nota 77,2) no país, apenas atrás de São Paulo (FIESC, 2017).

No contexto saúde, o estado tem a maior expectativa de vida do Brasil. Há vinte e três municípios catarinenses entre os quarenta municípios do ranking de longevidade, sendo que dez ocupam os primeiros lugares. Em primeiro lugar se encontram os seguintes municípios: Balneário Camboriú (com esperança de vida ao nascer de 78,6 anos), Blumenau (78,6 anos), Brusque (78,6 anos) e Rio do Sul (78,6 anos) (FIESC, 2017).

A agricultura do estado destaca-se na produção de frutas (R\$ 50.389.161 valor bruto), leite e derivados (R\$ 30.992.768 valor bruto), massa e panificação (R\$ 30.780.512 valor bruto), agricultura, pesca e derivados (R\$ 29.791.147 valor bruto), segundo o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA, 2017). Já o Censo Agropecuário feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,

2017) mostra que o uso das terras nos estabelecimentos agropecuários demonstrou tendência de substituição de culturas e de redução da área com lavouras anuais; diminuição das pastagens nativas; aumento das pastagens cultivadas, bem como das matas nativas e plantadas; expressivo crescimento dos níveis de produtividade, tanto na produção vegetal quanto animal; e estabilidade na área ocupada com fruticultura.

De acordo com Alves e Weydmann (2008), a cadeia industrial avícola catarinense encontra-se mais localizada na mesorregião do Oeste do estado, bem como a produção suína, porém há também uma produção considerável no Sul do estado, especificamente na microrregião de Tubarão (Weydmann *et al.*, 2008). A produção de maçã concentra-se na mesorregião Serrana (Pereira; Simioni, 2008), e a produção de fumo ocorre principalmente no Sul do estado (30%) e no Vale do Itajaí (25%) (Carvalho; Binotto; Pereira, 2008). A produção de papel e celulose está espalhada, com concentração no Oeste e na área central catarinense (Carvalho; Binotto; Pereira, 2008).

A indústria é responsável por 30,3% de toda a riqueza gerada no estado, com o quarto maior parque tecnológico industrial do país. Além dos setores tradicionais do estado, como o agroalimentar, têxtil e confecções, o setor industrial passou a se mesclar com os que possuem maior valor agregado, como energia e indústrias emergentes. Além desses setores, a mesorregião da Grande Florianópolis tem impulsionado significativamente as indústrias de base tecnológica (FIESC, 2017). As mesorregiões, em termos da indústria, são caracterizadas das seguintes formas descritas nos parágrafos subsequentes, segundo dados da FIESC (2017).

O Oeste possui a sua diversidade produtiva perpassando pelos setores Agroalimentar, Bens de Capital, Biotecnologia, Celulose e Papel, Móveis e Madeira, Tecnologia da Informação, Comunicação, Construção Civil, Energia e Meio Ambiente. A indústria dessa mesorregião representa 17% da geração de emprego catarinense, 31% do Produto Interno Bruto (PIB) da mesorregião, 9% das exportações e 4% das importações de Santa Catarina.

Já a indústria mesorregião Serrana é composta pelos setores Agroalimentar, Bens de Capital, Biotecnologia, Celulose e Papel, Construção Civil, Energia, Meio Ambiente e Móveis e Madeira. A indústria dessa mesorregião representa 4% da geração de emprego catarinense, 30% do PIB da mesorregião, 5% das exportações e 0,5% das importações de Santa Catarina.

A mesorregião do Sul catarinense é composta pelos setores indústrias: Agroalimentar; Bens de Capital; Cerâmica; Economia do Mar; Metal-mecânico e Metalurgia; Produtos Químicos e Plásticos; Têxteis e Confecções; Construção Civil; Energia; e Meio Ambiente. A indústria dessa mesorregião representa 12% da geração de emprego catarinense, 32% do PIB da mesorregião, 6% das exportações e 4% das importações de Santa Catarina.

A região Norte do estado possui características industriais atreladas aos ramos Automotivo, Bens de Capital, Economia do Mar, Metal-mecânico e Metalurgia, Móveis e Madeira, Produtos Químicos e Plásticos, Têxteis e Confecções, Tecnologia da Informação e Comunicação, Construção Civil, Energia, Meio Ambiente e Saúde. A indústria dessa mesorregião representa 19% da geração de emprego catarinense, 38% do PIB da mesorregião, 32% das exportações e 26% das importações de Santa Catarina.

A mesorregião do Vale do Itajaí possui a diversidade industrial baseada nos setores Agroalimentar, Bens de Capital, Economia do Mar, Construção Civil, Saúde, Naval, Metalmeccânico e Metalurgia, Têxteis e Confecções, Tecnologia da Informação e Comunicação. A indústria dessa mesorregião representa 26% da geração de emprego catarinense, 30% do PIB da mesorregião, 47% das exportações e 55% das importações de Santa Catarina.

Por fim, o setor industrial da Grande Florianópolis é composto por Biotecnologia, Cerâmica, Economia do Mar, Naval, Nanotecnologia, Tecnologia da Informação e Comunicação, Construção Civil, Energia, Meio Ambiente e Saúde. A indústria dessa mesorregião representa 22% da geração de emprego catarinense, 18% do PIB da mesorregião, 2% das exportações e 11% das importações de Santa Catarina.

De acordo com os dados do IBGE (2019), o setor de comércio do estado possui 88.945 estabelecimentos comerciais, que geram emprego a 516.286 pessoas, com uma receita bruta de revenda de aproximadamente 205,8 bilhões de reais (ano de referência 2017). Desde 2008 esse setor não apresentou decréscimo, sendo que nos últimos dez anos houve um crescimento de 38,43%. No setor de serviço há 73.709 estabelecimentos, esses empregam 548.926 pessoas, e geram uma receita bruta de aproximadamente 54,2 bilhões de reais (ano de referência 2017). Assim como o setor de comércio, o de serviço também não apresentou decréscimo, com um crescimento de 30,42% nos últimos dez anos (IBGE, 2019).

Em relação a educação catarinense, os dados do IBGE (2019), referentes ao ano de 2018, indicam que o estado possui 3.895 escolas infantis, onde foram realizadas 366.728 matrículas, e conta com 30.859 docentes. Já o ensino fundamental, possui 3.119 unidades, para as quais foram efetivadas 851.993 matrículas e há 45.319 docentes. Com relação ao ensino médio, o estado possui 996 escolas, foram realizadas 242.534 matrículas e há 18.816 docentes.

De acordo como censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), o ensino superior no estado catarinense conta com 97 instituições de ensino superior (IES), com diversos *campi* pelo estado, das quais 8 são IES públicas e 89 IES privadas. Ao todo são contabilizados 1.494 cursos, 324 nas instituições públicas e 1.170 em particulares. As instituições de ensino superior do estado possuem 366.827 alunos matriculados, desses 227.289 em cursos de bacharelados, 73.305 nos cursos de licenciaturas, 63.528 nos cursos tecnológicos e 2.705 em outros. Essas instituições contam com 19.355 docentes, e as suas formações são compostas por 99 docentes com graduação, 3.968 possuem especialização, 8.126 possuem título de mestre e 7.162 de doutor.

É neste cenário educacional que se encontram as instituições de educação superior comunitárias, que foram fundadas a partir de preocupações de diversos segmentos sociais, por meio do poder público municipal e de entidades da organização civil, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento regional (Paim, 2017). No estado de Santa Catarina essas instituições surgiram após a década de 50, com o intuito de levar a educação superior para o interior do estado (Schmidt, 2010), as quais só foram oficializadas, como universidades comunitárias, pela lei nº 12.881 de 12 de novembro de 2013.

Com a formalização dessas instituições, surgiram novas oportunidade e desafios, que podem ser considerados como estratégias de desenvolvimento. As IES, possuem diversos papéis, desde o acervo de conhecimento científico e tecnológico, perpassando pela formação de recursos humanos, até influenciando estratégias para os governos. Essa tem sido avaliada de diversas formas, contudo ainda faltam pesquisas na busca da compreensão dos efeitos dessas instituições para o desenvolvimento regional (Diniz; Vieira, 2015).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com cunho descritivo e exploratório, assim busca identificar a natureza do fenômeno estudado e apontar suas principais características, buscando uma compreensão sobre como as variáveis se manifestam, dadas as condições já existentes na realidade (Köche, 2011). Dado que a pesquisa busca introduzir uma análise da educação superior comunitária do desenvolvimento regional sustentável, nas mesorregiões de Santa Catarina. Dessa forma, a coleta de dados ocorreu por meio dos dados disponibilizados no IBGE, referente ao IDH, renda per capita e população, buscando verificar a evolução dos municípios catarinenses que possuem instituições de educação superior comunitária.

Com o objetivo de realizar uma análise preliminar sobre essas instituições e municípios catarinenses, permitiu que fosse realizada uma análise longitudinal. Por tanto, os dados foram coletados no ano de fundação das IES, posteriormente os dados foram respectivos à dez anos após a consolidação das IES, buscando verificar o impacto mais recentes dessas nos municípios, e por fim, os dados foram coletados referentes ao ano de 2020, antes do impacto da pandemia causado pela COVID-19.

Os dados foram coletados no site do IBGE e organizados em planilhas do Excel, para melhor análise dos dados. Após a descrição dos dados, buscou-se na literatura acadêmica científica, estudos que contribuíssem para a reflexão dos dados encontrados, buscando uma análise de triangulação dos dados.

TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Entre o século XIX e XX, o desenvolvimento estava muito atrelado ao crescimento econômico e expansão das riquezas. Com o início dos debates sobre o desenvolvimento regional surgiram teorias que se voltaram aos fatores endógenos regionais. Mais recentemente com a permanência das desigualdades sociais e econômicas, surge a discussão acerca das preservações naturais, semeando assim o conceito de desenvolvimento sustentável. Desse modo, serão apresentados os principais autores que iniciaram a discussão sobre desenvolvimento, na sequência o desenvolvimento regional atrelado aos fatores endógenos e o desenvolvimento sustentável.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Estudos cujo objetivo principal seja analisar os diversos fatores que intervêm no desenvolvimento regional tem proporcionado discussões e interpretações acerca das desigualdades regionais, e contribuem, assim, para a criação de políticas que possam auxiliar no desenvolvimento das regiões. A polarização entre regiões com alto nível de qualificação e das regiões com baixas qualificações, pode propiciar distúrbios de ordem econômica, marginalização e violência, que propiciam as desigualdades sociais (Matteo, 2011).

Conseqüentemente, o desenvolvimento regional não se distribui de forma homogênea no espaço. Os diversos tipos de aparatos produtivos trazem implicações políticas e sociais, o que demonstra a importância de estudos relacionados à distribuição espacial do desenvolvimento regional (Rezende; Fernandes; Silva, 2007).

Dentre os fatores que interferem no desenvolvimento regional, pode-se destacar o econômico, que engloba variáveis como o crescimento do PIB *per capita*, saúde, infraestrutura urbana, que envolvem questões do bem-estar social e a educação, a qual será precursora desse estudo (Xerxenevsky; Fochezatto, 2015). Cavalcante (2008) aponta que essas discussões foram iniciadas nos anos 1950, e seus principais pesquisadores foram Perroux (1955) com a teoria dos Pólos de Crescimento, Myrdal (1957) com a Causação Circular Cumulativa, Hirschman (1958) com os Efeitos para Frente e para Trás e North (1959) com a Base Exportadora. Esta perspectiva multidimensional do desenvolvimento revela, nas diversas teorias consideradas, uma ênfase às externalidades decorrentes da aglomeração industrial.

É somente na década de 1980 que as discussões acerca do desenvolvimento regional, que englobam os esforços em aglomeração e custos de transportes, começaram a ter enfoque em modelos matemáticos através da Nova Geografia Econômica (NGE), com abordagens menos intangíveis, e com a incorporação de aspectos como intuições e o capital social. Alguns dos fatores que propiciaram as transformações das teorias do desenvolvimento regional foram os surgimentos de novos paradigmas de industrialização e de desenvolvimento local, com grande destaque para a teoria do crescimento endógeno (Amaral, 1996; Monasterio; Cavalcante, 2011).

No específico, os paradigmas heterodoxos revelaram-se essenciais a tais mudanças, sinalizando para sensíveis diferenças entre desenvolvimento e crescimento, o que se reforça na teoria da dependência. Esta, trazendo um viés marxista não dogmático, dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na

periferia do capitalismo mundial.

Segundo Silva e Carvalho (2001), para que ocorra o crescimento endógeno são necessários os seguintes fatores: inovação tecnológica, que surge dos esforços dos agentes produtivos na maximização de seus lucros; o capital, através do estoque de conhecimento dos agentes produtivos; e os arranjos produtivos, que incluem política e organização da sociedade. Assim, o crescimento endógeno passa a ter fundamental importância no crescimento contínuo da renda *per capita* no sistema econômico. Nesse cenário, ressalta-se a importância dos atores sociais, que viabilizam as políticas de desenvolvimento de economias subdesenvolvidas.

Nesse contexto de crescimento endógeno, dois modelos têm destaque no arcabouço teórico, estes são: os Modelos de Romer (1986) e de Lucas (1988). O Modelo de Romer assumiu a tecnologia como externalidade ao capital, com retornos constantes aos insumos privados, os quais se tornam crescentes com a soma dos insumos privados e externos. Já o Modelo de Lucas, aborda a questão do investimento em capital humano, o que proporciona externalidades positivas através de aumentos no nível da tecnologia (Higachi, 1998). Em suma, essas teorias deixaram os rendimentos constantes para abordar os rendimentos crescentes, e deram ênfase ao capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, entre outros, como fatores para o crescimento endógeno (Amaral, 1996).

O desenvolvimento endógeno é um processo interno que amplia a capacidade de agregar valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região e seu desdobramento se deve à retenção do excedente econômico gerado na economia local e à atração de excedentes de outras regiões. Esse tipo de desenvolvimento compreende uma estrutura que parte dos atores locais e não mais do planejamento centralizado, caracterizada por uma organização social regional e ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais (Amaral, 1996).

Portanto, ressalta-se a importância do crescimento endógeno que surge do capital humano, das informações, de pesquisas, das instituições, dentre outros, induzindo o desenvolvimento da região, que tende a ocorrer quando os atores locais da região buscam potencializar, através dos fatores acima citados, os seus bens e/ou serviços que apresentam as maiores vocações, que poderão se desenvolver de acordo com suas melhores características.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento regional é cíclico, conforme Inácio *et al.*, (2013), pois ele precisa se adaptar às novas exigências colocadas pela globalização e às exigências locais, ou seja, se faz necessária uma mudança de paradigma. Não se leva apenas em consideração aspectos econômicos e sociais, mas há também a necessidade de acrescentar o elemento sustentabilidade, provocando assim discussões sobre o Desenvolvimento Regional Sustentável.

Os desafios no contexto moderno, que têm acalorado os debates nos campos político e técnico-científico sobre alternativas de desenvolvimento que englobam aspectos econômicos, sociais e ambientais, estão pautados em particularidades que emergem das propriedades locais, ou seja, endógenas, sendo denominados de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que tem como postulado assegurar a permanência de médio e longo prazo dos avanços na qualidade de vida, da organização econômica e da conservação do meio ambiente (Buarque, 2008). Caetano, Silveira e Drumond (2012) salientam que é necessário que as lideranças locais, sejam empresas, sociedade e autoridades políticas, assimilem o conceito de desenvolvimento regional sustentável. E esse não está apenas concentrado em questões econômicas, mas busca reverter a exclusão social de uma dada localidade (Caetano; Silveira; Drumond, 2012).

Entende-se que esse conceito engloba as seguintes características: adaptabilidade, diversidade, equidade, resiliência e interação entre as dimensões econômica, ambiental social e cultural (Deponti, 2002). Neste contexto, os indicadores são ferramentas muito importantes para analisar a implementação do conceito de DRS. No estado de Santa Catarina há o índice de desenvolvimento municipal sustentável (IDMS), que tem o objetivo de avaliar o desenvolvimento local. O indicador se configura como uma ferramenta de apoio à gestão, capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais, e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. O índice é composto pelas dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional, e varia entre 0 e 1 (IDMS, 2018). Na tabela 1 são apresentados os valores desse índice, para as seis mesorregiões do estado.

Tabela 1 | Índice de desenvolvimento sustentável de Santa Catarina

		Oeste	Serrana	Norte	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul
Sociocultural	Educação	0,787	0,659	0,767	0,723	0,729	0,779
	Saúde	0,687	0,685	0,724	0,707	0,706	0,690
	Cultura	0,447	0,377	0,517	0,481	0,376	0,482
	Habitação	0,829	0,782	0,837	0,887	0,916	0,916
	Média do índice	0,722	0,652	0,734	0,723	0,704	0,732
Econômica		0,564	0,533	0,534	0,553	0,551	0,540
Ambiental		0,388	0,491	0,585	0,595	0,551	0,485
Político-institucional	Finanças Públicas	0,671	0,624	0,598	0,639	0,618	0,625
	Gestão Pública	0,779	0,734	0,782	0,812	0,620	0,747
	Participação Social	0,575	0,532	0,469	0,532	0,618	0,546
	Média do índice	0,674	0,630	0,614	0,659	0,619	0,638
Total IDMS		0,587	0,577	0,617	0,633	0,606	0,599

Fonte: IDMS (2018).

Observa-se na tabela 1, que a mesorregião com maior índice é o Vale do Itajaí, com valor médio de 0,633, enquanto a demais mesorregiões apresentam médias pontualmente menores. Também é possível perceber que os maiores índices do estado estão relacionados a dimensão Sociocultural, e que seu subíndice de destaque é Habitação, seguido de Educação, com valores altos para todas as mesorregiões. Contudo, os piores índices estão relacionados à dimensão Ambiental, que apresenta os menores valores dos índices de todas as mesorregiões. A utilização de indicadores possibilita verificar os locais que necessitam de políticas públicas, para que as mesorregiões possam se desenvolver de forma sustentável.

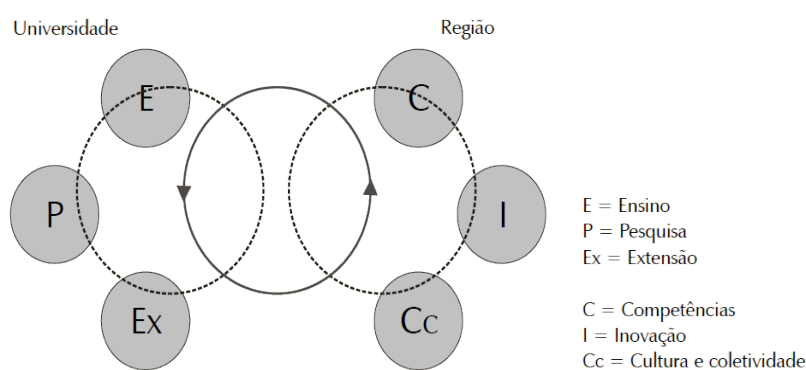
A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO PROPULSORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

A educação superior no Brasil sofreu grandes transformações na última década, onde houve expansão significativa das atividades de graduação e pós-graduação, com foco nas regiões menos desenvolvidas do país (Diniz; Vieira, 2015; Massucatto; Pezarico; Oliveira, 2016).

A educação e o desenvolvimento são dois elementos que devem ser articulados juntos, pois, um remete ao outro. A qualificação profissional oferecida pela educação facilita a expansão do desenvolvimento, por consequência o desenvolvimento possibilitará a expansão e especialização da mão-de-obra, os quais formarão um novo ciclo. Nesse cenário, as IES apresentam-se como estimuladoras do desenvolvimento regional. Esse desenvolvimento provoca mudanças de padrão, tanto no consumo e produção, como na cultura e valores (Massucatto; Pezarico; Oliveira, 2016).

Algumas das dificuldades das IES, estão relacionadas a sua territorialidade, que é complexa e muitas vezes considerada contraditória. Nesse sentido, o governo tem trabalhado com estratégias para implementação de mecanismos que estimulem essas instituições a contribuírem para o desenvolvimento das comunidades locais, de modo a fornecer condições para o enfrentamento das desigualdades regionais (Diniz; Vieira, 2015). Dessa forma, os autores citados ressaltam que as IES têm gerado benefícios como: a melhorias nas infraestruturas científica, cultural, social e econômica locais; o estímulo ao desenvolvimento das empresas; a implementação de ações de cunho social; o apoio e participação em iniciativas de recuperação e sustentação econômica da coletividade local; desenvolvimento cultural e promoção do turismo, entre outras. Além dos elementos citados, Goddard e Chatterton (1999) examinam os efeitos da educação no desenvolvimento regional, e a figura 1 ilustra como esse processo ocorre.

Figura 1 | Dinâmica da relação entre universidade e região



Fonte: Diniz e Vieira (2015).

As IES e a região, têm seus próprios processos e domínios de interação, representados pelos círculos pontilhados e hachurados, respectivamente. Na IES, os processos possuem suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, que devem ser articuladas com componentes da região de modo a propiciar características do processo do desenvolvimento, as quais devem aumentar as competências locais, estimular à inovação tecnológica e fortalecer o ambiente cultural da coletividade. Assim, o processo de desenvolvimento regional ocorre quando as instituições interagem sistematicamente a partir de suas funções básicas com os elementos da região (Goddart; Chatterton, 1999).

Além das contribuições das instituições de educação superior, Mille (2004) buscou sistematizar alguns impactos regionais que essas instituições proporcionam onde estão inseridas. O autor definiu duas categorias, a primeira está relacionada aos impactos de gastos ou ligações a montante, e se refere aos efeitos gerados sobre a renda e empregos locais, que foram influenciados pela implementação da IES, e também em relação ao consumo realizado por alunos, servidores e professores. A segunda categoria corresponde aos impactos que são gerados pelo conhecimento acadêmico ou ligações a jusante, os quais derivam dos benefícios das atividades finalísticas da IES, e essas transbordam na economia local e repercutem na geração e difusão do conhecimento, qualificação técnica e acadêmica dos recursos humanos, ou seja, se relacionam com os outputs da atividade acadêmica.

Essas categorias propiciam o desenvolvimento em regiões periféricas, uma vez que geram o efeito centrífuga, onde os gastos gerados em investimentos geram condições por meio do conhecimento e qualificação. Esses atraem novos investimentos produtivos e promovem condições favoráveis de propagação do conhecimento científico e tecnológico cada vez mais intensos, assim ocasionam fixação de canais entre a ciência e a produção (Diniz; Vieira, 2015). Para Vieira (2017), esses investimentos nas IES e qualificação dos recursos humanos, têm em sua natureza o curto prazo, mas os resultados dos conhecimentos gerados e aplicados na localidade em que a instituição está inserida são considerados resultados de longo prazo.

A isso soma-se a Lei N° 9.394 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída em 1996 e, com a qual, surgiram diversos modelos e estruturas com objetivo de nortear o desenvolvimento, de forma qualitativa e quantitativa, da educação superior. Essa requer ações em conjunto e direcionadas à consolidação de instrumentos que possam avaliar o desenvolvimento do processo educacional em

diversos aspectos, sobretudo no ensino e na gestão (Francisco *et al.*, 2014). Francisco *et al.* (2014, p. 85) destacam que a referida Lei possibilita “[...] a consolidação dos modelos institucionais, direcionando o ambiente complexo e competitivo que a educação superior encontra na contemporaneidade e as principais características adotadas por universidades, centros universitários e faculdades isoladas”.

Diniz e Vieira (2015), examinaram os principais aspectos do processo recente de crescimento e de desconcentração espacial do sistema de educação superior brasileiro. Os autores ressaltam que a expansão do sistema universitário nas regiões menos favorecidas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, forneceu condições promissoras para o seu desenvolvimento. Em relação às demais regiões do Brasil, “a desconcentração geográfica do ensino superior se traduz na ampliação do alcance territorial do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro” (Diniz; Vieira, 2015, p. 99) o qual possui tendências para um desenvolvimento científico e tecnológico menos centralizado em termos espaciais.

Rota e Ide (2016) investigaram os condicionantes históricos, com base em documentos oficiais e da imprensa escrita, que contribuíram para a concretização do ensino superior no Norte de Minas. Os autores concluíram que o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico regional, impulsionado por ações do Estado, exigiu maior investimento em educação, a fim de formar cidadãos que pudessem dar sua contribuição ao processo de industrialização e que fossem adaptados à conseqüente urbanização, culminando no estabelecimento dos primeiros cursos superiores, todos de formação de professores.

A fim de analisar os efeitos da educação sobre os rendimentos médios da população brasileira, Schwaab, Ceretta e Dutra (2017) verificaram ainda as possíveis desigualdades de renda nas cinco regiões geográficas do país. Os resultados destacam a importância da educação para a melhoria de renda média dos trabalhadores, mas percebe-se desigualdade de rendimentos conforme a região, gênero, cor/raça e setor de atuação profissional. Assim, identifica-se a presença de discriminação, tanto racial, quanto de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Para Fusco e Ojima (2017), a partir da experiência de alguns municípios de Pernambuco (Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão), foi possível analisar um dos efeitos dessa recente interiorização da educação superior: o crescimento dos volumes de deslocamentos populacionais cotidianos para estudo (movimentos pendulares). Os autores consideraram os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, que consideram esse tipo de mobilidade da população e os resultados

demonstram que os movimentos pendulares contribuem na integração intermunicipal e em aspectos importantes para o desenvolvimento regional. Para eles, houve um acréscimo expressivo na dinâmica populacional regional, bem como uma maior inclusão social associada ao processo de interiorização.

As IES no contexto político-econômico contemporâneo foram revalorizadas, e passaram a ser consideradas como um dos atores cruciais no desenvolvimento de determinada região ou local. Nesse sentido Barros e Moysés (2017), procuraram investigar se a expansão da educação superior, no período 1995-2014, contribuiu para o desenvolvimento regional do Estado de Goiás e se ocorreu articulação das políticas sociais com as políticas regionais. Os autores perceberam que os encadeamentos que envolvem a educação superior, foram exitosos no de curto prazo quanto de longo prazo, no curto prazo (dispêndios - backwards linkages) porém aqueles de longo prazo (conhecimento – forward linkages) tiveram um resultado bastante insignificante ao serem comparados com os esforços despendidos. Da mesma forma, acredita-se que estes poderiam ter maior eficiência, no período analisado, se as políticas sociais e regionais fossem mais articuladas, assim gerariam maiores externalidades positivas que viriam a promover prolongado e acumulativo desenvolvimento regional e local.

Para Czernisz e Freiburger (2018) o foco foi a discussão e análise da educação superior frente as alterações da política educacional brasileira. Os autores empregaram uma abordagem materialista histórica, utilizando-se de discussão bibliográfica e análise de documentos. Entre os resultados encontrados, destaca-se que a educação superior passou por alterações significativas desde 1990, e que foi ampliada a quantidade de vagas e de instituições, mantendo-se direcionada pelo desenvolvimento econômico.

Santos, Vieira e Santos (2018) buscaram realizar uma relação entre o capital social e educação como variáveis para o desenvolvimento. Para tanto, verificaram a relação entre o capital social da população de Caraguatatuba e o seu nível de educação formal. Os resultados indicaram que o acesso à educação em Caraguatatuba articula-se à composição do capital social da população. O grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa torna-se menor quanto menor o acesso à instrução formal, o que produz barreiras para a organização de redes sociais e de diálogo com o poder público. Conclui-se que o acesso à educação, isoladamente, não potencializa a aptidão para a articulação entre os membros de cada comunidade, nem amplia sua capacidade de institucionalização das demandas sociais e econômicas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR COMUNITÁRIA

A expansão da educação em Santa Catarina está longe de ter sido homogênea e uniforme, de acordo com Bastiani e Trevisol (2018). A interiorização da educação superior no estado foi fomentada por políticas públicas voltadas à criação das fundações educacionais de direito privado que, majoritariamente criadas pelos poderes públicos municipais, foram responsáveis pela implantação dos primeiros cursos de graduação nas principais cidades, dando origem, mais tarde, às universidades comunitárias (Bastiani; Trevisol; Pegoraro, 2018).

As instituições comunitárias, se consolidaram com a Lei nº 12.881/2013, e essas devem apresentar as seguintes características, de acordo com o artigo primeiro da Lei: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere.

A respeito da educação comunitária, no período entre 1986 e 2009, muitos municípios catarinenses tiveram autorizados novos cursos superiores. Nesse período foram constituídas dezesseis universidades comunitárias, sendo elas: Universidade Regional de Blumenau, Universidade do Vale do Itajaí, Universidade do Sul de Santa Catarina, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Universidade da Região de Joinville, Universidade do Contestado, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Universidade do Planalto Catarinense, Centro Universitário para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Centro Universitário de Brusque, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Centro Universitário Barriga Verde, Centro Universitário São José e Universidade Regional de Blumenau (Paim, 2017, Bastiani; Trevisol, 2018; Acafe, 2020).

Para Schmidt (2010), nessas instituições o controle administrativo e financeiro é feito pelas mantenedoras, que são as fundações criadas pelo poder público municipal, associação e/ou sociedade

civil, e os seus dirigentes são eleitos pela comunidade acadêmica e/ou por representantes da comunidade regional. As fundações educacionais existentes no estado e, por consequência, as universidades delas originadas, têm como mola propulsora, e como base de atuação, o envolvimento com sua região e a intenção de agente de desenvolvimento regional.

Considerando os percursos da pesquisa, com apenas três indicadores nas sedes das instituições de ensino comunitárias foi verificado sua evolução histórica desde a creditação até o presente momento desta pesquisa.

UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Com o objetivo de verificar os indicadores de IDH², população e renda *per³ capita*, e sua evolução em tais municípios, com sede das IES comunitárias.

Tabela 2 | Indicadores dos municípios com IES comunitárias

IES comunitárias	Indicadores*	Creditação	Após 10 anos**	Atual 2020
UNIVALI (Itajaí - 1964)	IDH	-	0,588	0,795
	População	54.996	119.632	183.373
	Renda per capita	-	11.031,41	76.860,49
UNISUL (Tubarão – 1964)	IDH	-	0,602	0,796
	População	62.588	95.062	97.235
	Renda per capita	-	5.986,20	32.538,27
UNOESC (Joaçaba -1960)	IDH	-	0,635	0,827
	População	34.088	28.139	27.020
	Renda per capita	-	9.142,62	51.510,77
UNIVILLE (Joinville – 1965)	IDH	-	0,585	0,809
	População	69.647	347.151	515.288
	Renda per capita	-	9.892,99	42.931,98

2 “O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista Amartya Sen.” (IPEA, 2013, p. 25). “Em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 a 2000 para todo o país.” (IPEA, 2013, p. 27.).

3 Cálculo da renda *per capita* é dada pela seguinte equação: renda per capita= Produto Nacional Bruto (menos os gastos de depreciação do capital e os impostos diretos) dividido pelo número de habitantes. “A partir de setembro de 2000, tornou-se premente ao IBGE criar condições técnicas para a expansão do programa das Contas Nacionais e Regionais, com a estimação do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, com metodologia integrada à das Contas Nacionais e Regionais. [...] em 2005, com a publicação dos resultados do PIB dos Municípios para o período de 1999 a 2003. Os resultados desse projeto têm sido amplamente utilizados para subsidiar a análise da economia municipal brasileira.” (IBGE, 2016, p. sn).

	IDH	-	0,538	0,777
UNC (Mafra – 1997)	População	29.065	47.041	52.912
	Renda per capita	-	5.609,59	28.614,52
	IDH	-	0,584	0,788
UNESC (Criciúma – 1968)	População	61.975	146.319	192.308
	Renda per capita	-	6.375,24	32.298,67
	IDH	-	0,551	0,770
UNIPLAC (Lages – 1969)	População	120.821	151.235	156.727
	Renda per capita	-	4.258,65	28.920,77
	IDH	-	0,579	0,802
UNIDAVI (Rio do Sul – 1966)	População	40.007	45.680	61.198
	Renda per capita	-	8.428,55	36.980,43
	IDH	-	0,529	0,790
UNOCHAPECÓ (Chapecó – 1966)	População	52.089	123.050	183.530
	Renda per capita	-	12.568,83	42.319,87
	IDH	-	0,591	0,795
UNIFEBE (Brusque – 1973)	População	35.625	57.970	105.503
	Renda per capita	-	11.571,74	46.817,27
	IDH	-	0,514	0,735
UNIARP (Caçador – 1971)	População	22.620	52.685	70.762
	Renda per capita	-	7.181,63	38.058,80
	IDH	-	0,681	0,847
UDESC (Florianópolis – 1965)	População	97.827	255.390	421.240
	Renda per capita	-	8.560,12	38.051,99
	IDH	-	0,602	0,803
CATÓLICA SC (Jaraguá do Sul – 1973)	População	23.197	76.967	143.123
	Renda per capita	-	15.498,75	50.222,03
	IDH	-	0,508	0,755
UNIBAVE (Orleans – 1974)	População	15.619	20.042	21.393
	Renda per capita	-	6.171,09	39.944,16
	IDH	0,718***	0,809***	0,809
USJ (São José - 2005)	População	31.192	139.492	209.804
	Renda per capita	6248,67	6.545,16	38.241,71
	IDH		0,611	0,806
FURB (Blumenau – 1965)	População	35.625	212.026	309.011
	Renda per capita	-	11.595,93	44.172,30

Legenda: * Todos os dados primários foram coletados no site do IBGE.

** Para o cálculo da renda *per capita*, o ano de referência é da década de 90, pois o PIB ainda não calculado e divulgado pelo IBGE, anterior a esse período.

*** O IDH do município de São José para o ano de creditação foi adotado o valor do censo do ano de 2.000, e após e na coluna “Após 10 anos” foi utilizado valores do censo de 2010, o que repetiu para a coluna “Atual 2020”. Dado que não foi divulgado o censo de 2020.

- Informação não disponível.

Fonte: elaboração própria (2020)

Conforme disposto na tabela 2, todos os municípios apresentaram crescimento no IDH, o qual verifica a qualidade de vida da população. As variáveis analisadas no IDH são longevidade, sucesso escolar e controle sobre os recursos necessários para uma vida digna. Esse índice tem se mostrado em progresso nas últimas análises, principalmente em países considerados baixo médio. O IDH varia de zero a um, quanto mais próximo de um maior o desenvolvimento humano, os maiores Índices foram nos municípios de Florianópolis (0,847) e Joaçaba (0,827), e os menores foram em Caçador (0,735) e Orleans (0,755). Esse aumento só é conseguido e mantido se houver investimento em políticas públicas e, ainda, é necessário convergência na criação de políticas sociais e de crescimento se reforcem mutuamente (Galvão Júnior, 2013).

Com relação a população na maioria dos municípios houve crescimento da população, com exceção do município de Joaçaba. Apesar, desse município ter apresentado acréscimo populacional, em relação ao censo do IBGE de 2000, o município vem apresentando êxodo rural, e sua maior parte de migração são dos jovens que buscam melhores oportunidades de emprego e renda e maiores qualificações (Henriques, 2011). Situação preocupante, quando analisada a característica econômica local, sobretudo ao se considerar que:

A principal região agrícola do estado enfrenta uma crise caracterizada por uma agregação ambiental, insuficiência de geração de oportunidades de trabalho para a mão de obra disponível, esgotamento da fronteira agrícola, escassez de terras nobres, estrutura fundiária pulverizada e concentração em solos mais declivosos e pedregosos. (Fachinello; Santos Filho, 2010 *apud*, Henriques, 2011).

As principais atividades econômicas do município estão baseadas na indústria de equipamentos agrícolas e de máquinas, juntamente com a agropecuária, o qual foi influenciado pelo seu processo de colonização (Governo de Santa Catarina, 2020). A microrregião de Joaçaba possui característica de expulsão migratória, ou seja, as pessoas saindo de seus locais de moradia, e migrando para outras regiões e/ou estados. Ressalte-se que nem os municípios com saldo positivo de crescimento populacional estão atraindo tais pessoas (Henriques, 2011). Ainda para a autora, a microrregião de Chapecó possui saldo positivo para migração, mas essa também não tem atraído todos os migrantes. Conforme ressalta Myrdal (1957), regiões que estão se expandindo economicamente tendem a atrair mais migrantes, o que ocorre por sua vez é a migração seletiva, ou seja, por idade, onde essa região tende a cada vez se expandir, enquanto as outras possuem seu crescimento prejudicado.

O indicador renda *per capita* demonstra a média da renda da população de determinada localidade, com base no PIB menos os impostos e total da população. É importante ressaltar que esse cálculo camufla as disparidades econômicas, justamente por se tratar de uma média, ou seja, pode haver grandes desigualdades econômicas na população de determinada localidade. As maiores rendas *per capita* são dos municípios Itajaí, Joaçaba e Jaraguá do sul, em contra partida as menores se encontram nos municípios de Mafra, Lages, Criciúma e Rio do sul.

Os municípios que apresentaram maiores diferenças nos períodos analisados foram Itajaí e Lages, com aumento de 596,74% e 579,10% respectivamente, já os municípios que obtiveram menores crescimentos foram Jaraguá do Sul (224,03%), Chapecó (236,70%) e Blumenau (280,92%). Para complementar a análise, o índice de Gini é um instrumento que mede a concentração de renda de determinada população, esse varia de zero a um. O zero significa que a população possui rendimentos iguais e quanto mais próximo de um maior o nível de desigualdade (IPEA, 2004). O Município de Blumenau possui o Índice de 0,39; Chapecó, Itajaí e Jaraguá do Sul possuem o índice de 0,38, e Lages é de 0,36. O município de Blumenau é o que possui menor incidência de pobreza, com 21,76% da população, já o município de Lages apresentou essa incidência de 33,97% da população (IBGE, 2020).

Em uma rápida relação do Índice de Gini e os anos de escolaridade em todos os municípios elencados, nesta pesquisa, é possível perceber que os municípios com maior Índice possuem maiores quantidades de indivíduos com ensino superior, por exemplo, Joinville o município com Índice de 0,40 possui 90.436 pessoas com nível superior, a maior quantidade de pessoas com formação superior completa, dos municípios analisados. Há diferentes fatores que devem ser analisados para verificar o impacto das IES comunitárias para então aferir o desenvolvimento regional.

Com os dados da Tabela 2 é possível verificar que há um acompanhamento médio dos indicadores analisados e não há grandes disparidades, apesar do estado possuir características definidas em algumas regiões, a citar de exemplo o complexo tecnológico de Florianópolis, o industrial de Joinville e o têxtil de Blumenau. O estado de Santa Catarina possui sua formação econômica com forte presença de capital de origem local (Goularti Filho, 2002), fato interessante para o desenvolvimento endógeno, principalmente no início da formação da educação comunitária, tão presente no estado. As IES comunitárias evidenciam-se, portanto, como protagonistas ativas e efetivas do desenvolvimento regional, as quais devem possuir uma relação de cooperação entre as necessidades dos municípios e região (Paim; Yamaguchi, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento regional está interligado ao processo de planejamento, de modo que, primeiramente, deve-se conhecer as características do local, ou seja, se faz necessário verificar a distribuição das atividades produtivas, para posteriormente programar ações de planejamento (Perobelli *et al.*, 1999). O objetivo de analisar como a educação superior comunitária proporciona o desenvolvimento regional sustentável, nas mesorregiões de Santa Catarina, pretendendo-se contribuir com o arcabouço de pesquisas que fomentem o desenvolvimento regional, propiciando um melhor apoio a gestão empresarial e ao planejamento por parte dos governantes, incentivando assim, estratégias e políticas que promovam uma melhor gestão dos recursos e bem-estar da sociedade.

No específico, a pesquisa permitiu identificar, considerado um período de 20 anos, o efetivo crescimento das regiões em que se instalaram as universidades comunitárias em Santa Catarina e, o impacto dessas IES no desenvolvimento das respectivas áreas de atuação. Foi possível atestar o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano das regiões, bem como da Renda *per capita* no interregno da avaliação. Ressalve-se que, embora o crescimento populacional nos últimos 10 anos tenha variado em até 100% em alguns municípios, não houve queda do IDH. Ao contrário, identificou-se um crescimento superior a 40% em algumas regiões.

De modo análogo, ao se considerar a variação da Renda *per capita*, os números revelam uma realidade ainda mais impactante, com variação relativa positiva superior a 200% em muitos municípios. Esses fatos ganham relevância ao se observar esse desenvolvimento como resultado de investimento endógeno.

Neste viés, a análise do modelo educacional comunitário ratifica a perspectiva do desenvolvimento regional sustentável nas mesorregiões de Santa Catarina. Neste sentido, destaca-se o papel da educação superior como influenciadora e promotora do desenvolvimento regional, devido a implantação e a implementação das IES comunitárias nas mesorregiões do estado. Cotejando-se os resultados encontrados com a literatura pesquisada, destaca-se esse desenvolvimento regional como sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, J. M. S.; WEYDMANN, C. L.. Cadeia Produtiva Agrícola. In: CARIO, S. A. F.; et al.(org.) **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- AMARAL FILHO, J.D. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 14, dez, 1996.
- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS – ACAFE. **Instituições**. Disponível em: < <https://new.acefe.org.br/instituicoes/>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.
- BARROS, T. R.; MOYSÉS, A.. A Expansão da Educação Superior no Estado De Goiás: Novas Possibilidades para o Desenvolvimento Regional. **Goiânia**, v.3, n.2, p.305-319, jul./dez, 2017. DOI 10.18224/baru.v3i2.6170.
- BASTIANI, S. C. B.; TREVISOL, J. V.. A expansão da educação superior presencial em santa catarina (1990-2016). **Revista Internacional de Educação Superior**, v.4 n.3 p.558-579, set./dez. 2018.
- BASTIANI, S. C.; TREVISOL, J. V.; PEGORARO, L. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **EccoS Revista Científica**, n. 47, Set. p. 375-395, 2018.
- BUARQUE, S. J. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and the organisational analysis**. London: Ashgate, 1979.
- CAETANO, V. A.; SUELY DE FÁTIMA RAMOS SILVEIRA; S. F. R.; DRUMOND, A. M. Análise da estratégia de desenvolvimento regional sustentável sob a ótica do desenvolvimento local: estudo de caso do município de Ervália – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 15-28, set./dez. 2012. DOI: 0.5773/rgsa.v6i3.526.
- CARVALHO JÚNIOR, L. C.; BINOTTO, P. A; PEREIRA, J. G. S.; Cadeia Produtiva de Fumo. In: CARIO, S. A. F.; et al.(org.) **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- CARVALHO JÚNIOR, L. C.; PEREIRA, J. G. S.; BINOTTO, P. A. Cadeia Produtiva de Papel e Celulose. In: CARIO, S. A. F.; et al.(org.) **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, 2008.
- CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA – CEPA. **Agroindústria Familiar**. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/produtos/agroindustria-familiar/>>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.
- CZERNISZ, E. C. S.; FREIBERGER, L. D. V.. Alterações recentes da educação superior: limites e perspectivas para a universidade pública. **Roteiro**, v. 43, n. 1, p. 277-296, jan./abr, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v43i1.12502>.
- DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. 2002. 155 p. Monografia (Especialização) – UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Porto Alegre, 2002.
- DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J.. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.36, n.129, p.99-115, jul./dez. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados/ Observatório da Indústria Catarinense**. Florianópolis: FIESC, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ewT6ylEPrucdMLo2hJ6Vq0y-DoZMNTOL4/view>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

FRANCISCO, T. H. A; *et al.* A colaboração do segmento privado da educação superior na proposta de Democratização do acesso: um estudo da perspectiva sul catarinense. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 7, n. 1, jan. p. 79-105, 2014.

FUSCO, W; OJIMA, R. Educação e Desenvolvimento Regional: Os Efeitos Indiretos da Política de Descentralização do Ensino Superior e a Mobilidade Pendular no Estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 247-263, jan/abr, 2017.

GALVÃO JÚNIOR, P. Os Extremos Opostos no IDH Mundial no Ano de 2012. GALVÃO JÚNIOR, P.(org.) In: Porque o Brasil é muito Desigual. Cabedelo, PB:Editora IESP, 2013.

GODDARD, J. B.; CHATTERTON, P. Regional development agencies and the knowledge economy: harnessing the potential of universities. **Environment and Planning – Government and Policy**, v.17, n.6, 1999.

GOULART FILHO, A. Formação Econômica De Santa Catarina, **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p.977-1007, 2002. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2049/2431%3E>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Joaçaba**. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/joacaba>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

HENRIQUES, F. L. **Migração Catarinense: Deslocamento Populacional Na Microrregião De Joaçaba**. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia302673.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

HIGACHI, H. Y. Teorias do Crescimento Endógeno: evolucionista-schumpeterianos e neoclássicos-schumpeterianos. Campinas. Tese (doutorado em economia), Universidade Estadual de Campinas, 1998.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A., 1961, 317 p. Edição original de 1958.

INÁCIO, R. D. O. *et al.* Desenvolvimento Regional Sustentável: abordagens para um novo paradigma. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, set/dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBEG. **Brasil/Santa Catarina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/52/49641?tipo=grafico&indicador=49644>>. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBEG. **Produto interno bruto dos municípios: ano de referência 2010**. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97483.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Desenvolvimento Humano, IDH E IDH**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística de educação superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 15 de dez. 2019.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

- MATTEO, M. Teorias de desenvolvimento territorial. *In: Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960, 198 p. 2ª Edição original de 1957.
- MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R.. Fundamentos do Pensamento Econômico. *In: Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.
- MASSUCATTO, N; PEZARICO, G; OLIVEIRA, M. R.. Expansão da Educação Superior Stricto Sensu: O Sudoeste do Paraná. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 1, p. 159-174, jan./jul. 2016.
- MILLE, M. The university, knowledge spillovers and local development: the experience of a new university. **Higher Education Management and Policy**, v.16, n.3, 2004.
- NORTH, D. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 63, n. 3, p. 243-58, 1955.
- NORTH, D. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943-51, 1959.
- Köche, J.C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PAIM, J. Q. **Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2017.
- PAIM, J. Q.; YAMAGUCHI, C. K. Papel das Universidades Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina para o Desenvolvimento Regional. *In: XVI Mostra de Iniciação científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016*. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvimostrappga/paper/view/4726>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.
- PAZ, D. et. al. Nível de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Paraná. **Economia e Região**, v.2, n. 1, p. 28-47, jan/jul, 2014.
- PEREIRA, L. B.; SIMIONI, F. J.. Cadeia Produtiva da Maçã. *In: CARIO, S. A. F.; et al.(org.) Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva*. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- PEROBELLI, F. S.*et al.* Planejamento Regional e Potencialidades de Desenvolvimento dos Municípios de Minas Gerais na Região em Torno de Juiz de Fora: uma Aplicação da Análise Fatorial. **Nova Economia**, v.9, n.1, jul, 1999.
- PERROUX, F. O conceito de polo de desenvolvimento. *In: FAISSOL, S. (org.) Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: 1975, IBGE, 247 p.
- REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. d. S. SILVA, A. R. Utilização da Análise Fatorial para Determinar o Potencial de Crescimento Econômico em uma Região do Sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, 2007.
- ROTA JÚNIOR, C.; IDE, M. H. S. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 64 jan/mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216408>.
- SANTOS, M. J.; VIEIRA, E. T.; SANTOS, D. F. Educação e capital social: uma relação estreita com o desenvolvimento. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 8, n. 2, p. 4-26, 2018.
- SCHWAAB, K. S.; CERETTA, P. S. DUTRA, V. R. Efeitos da educação sobre a renda: disparidades regionais. **Revista Expectativa**, v.16, n. 2, jul./dez. 2017.
- SCHMIDT, J. P. O Comunitário em Tempos de Público não Estatal. **Avaliação**, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

SILVA FILHO, G. E.; CARVALHO, E. B. S. A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, v.32 n. especial, p.467-482, nov. 2001.

SILVA, H. S.; TEIXEIRA, M. G. C. A influência dos atores na institucionalização do meio ambiente e do desenvolvimento regional em uma instituição federal de educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 3, p. 346-370, set/dez, 2016.

SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL. **Mesorregiões Catarinenses – médias dos índices municipais – 2018**. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/mesorregioes/ano/2019>>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

SOUZA, N.D. J.D. Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, v.11, n.32, p.67-102, 1981.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO NETO, A.; DE CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (org). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017

XERXENEVSKY, L.L.; FOCHEZATTO, A. Índice Relativo de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação da análise fatorial. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 25, p.31-55, 2015.



UNITAU
Universidade de Taubaté